



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

## ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 8.959, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025**

Dispões sobre a regularização da Taxa de Coleta, Transporte e Destinação Final do Lixo – TCLD e dá outras providências.

**CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, Prefeito da Estância Turística de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**CONSIDERANDO**, ao disposto nos artigos 187 a 196 da Lei Complementar nº 03, de 15 de outubro de 2019 que "Institui o Código Tributário do Município da Estância Turística de Campos do Jordão e dá outras providências;

**CONSIDERANDO**, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC - da Fundação Instituto Econômicas – FIPE – acumulado no período de outubro/2024 a setembro/2025 no montante de 5,41% (cinco inteiros e quarenta e um centésimos por cento);

**CONSIDERANDO**, o aumento de área construída, passando a ser considerado a metragem de 4.450.397,55 m².

**CONSIDERANDO**, o processo SEI nº 3509700.406.00022512/2025-74.

### **DECRETA:**

**Art. 1º.** O lançamento, o cálculo, o pagamento e as respectivas isenções da Taxa de Coleta, Transporte e Destinação Final de Lixo - TCLD

Decreto nº 8.959, de 23/10/2025 – Pág. 1/4



## PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

atenderão ao disposto na Lei Complementar nº 03, de 15 de outubro de 2019 e neste Decreto.

**Art. 2º.** Fica fixado em R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) o valor por m² para o cálculo da TCLD. O custo foi definido pela média do valor de referência de 2025 atualizado pelo IPC e o valor estimado do custo para 2026.

**Art. 3º.** O valor obtido no artigo 2º deste Decreto, será aplicado na seguinte fórmula:

$$TCLD = R\$ 2,80 \times ACI$$

Onde:

TCLD: Taxa de Coleta, Transporte e Destinação Final de Lixo.

ACI: Área Construída do Imóvel.

**Art. 4º.** A TCLD será lançada em 1º de janeiro de 2026 e em conjunto com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, podendo ser quitada de uma só vez ou em 11 (onze) parcelas.

Parágrafo único. Fica vedada a emissão de parcela para pagamento da TCLD, com valor inferior a R\$ 42,18 (quarenta e dois reais e dezoito centavos) equivalente a 06 UFJs (seis Unidades Fiscais Jordanense), devendo o Departamento Tributário providenciar o necessário para adequação do seu valor ao disposto neste Decreto.

**Art. 5º.** O vencimento da cota única ou da primeira parcela ocorrerá no dia 15 de fevereiro de 2026 e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes.

**Art. 6º.** Após a data do vencimento incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a taxa devida, atualização monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 7º.** Nos termos do artigo 191 da Lei Complementar nº 03, de 15 de outubro de 2019 são isentos da TCLD:

I - os proprietários mencionados no artigo 43, inciso i, alíneas "a" e", da Lei Complementar nº 03, de 15 de outubro de 2019;

II - os imóveis enquadrados como grandes geradores de lixo, quando o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título de imóvel contratar, às suas expensas, autoritários, em regime privado, para a execução dos

Decreto nº 8.959, de 23/10/2025 – Pág. 2/4



## PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos, observadas as exigências previstas em legislação específica.

§ 1º. Os proprietários mencionados no inciso I, deste artigo, para fazerem jus ao benefício fiscal a que ele se refere, deverão apresentar até o dia 30 de junho do exercício anterior a seguinte documentação:

- I – carteira de identidade ou documento oficial equivalente;
- II – CPF;
- III – comprovante de endereço;
- IV – comprovante de recebimento de proventos de aposentadoria ou pensão;
- V – comprovante de rendimento dos membros do grupo familiar;
- VI – atestado médico contendo a descrição da moléstia e o Código Internacional de Doenças - CID, quando o caso;
- VI – carnê de IPTU do exercício vigente; e,
- VII – comprovante de propriedade ou posse do imóvel beneficiado.

§2º. Os proprietários mencionados no inciso II, deste artigo, para fazerem jus ao benefício fiscal a que ele se refere, deverão apresentar até o dia 30 de junho do exercício anterior a seguinte documentação:

- I – carteira de identidade ou documento oficial equivalente;
- II – CPF;
- III – comprovante de endereço;
- IV – carnê de IPTU do exercício vigente;
- V – comprovante de propriedade ou posse do imóvel beneficiado;
- VI – instrumento contratual firmado para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos;

§ 3º. Caso o interessado seja pessoa jurídica, deverá apresentar, além dos documentos previstos no § 1º, incisos I a III e VI e VII, deste artigo, o ato constitutivo, o estatuto ou o contrato social em vigor registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores

§ 4º. O Requerimento firmado por procurador deverá estar acompanhado da respectiva procuração, outorgada com poderes específicos, pública ou particular, com firma reconhecida em Cartório.

**Art. 8º.** Nos termos do artigo 277 do Código Tributário do Município da Estância Turística de Campos do Jordão, o débito vencido permanecerá em





# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

## ESTADO DE SÃO PAULO

cobrança administrativa no período compreendido entre o lançamento do crédito em até 6 (seis) meses contados da sua inscrição em dívida ativa.

**Art. 9º.** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Campos do Jordão,  
Aos 23 de outubro de 2025.

**CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**

Publicada de acordo com as formalidades legais pela

SGSAO, em 23 de outubro de 2025.

**CECÍLIA CARDOSO ALMEIDA**  
Chefe do Setor de Atos Oficiais